

MODERNIDADE/COLONIALIDADE, IDEOLOGIA E DIFERENCIAÇÃO

APROXIMAÇÕES ENTRE ASPECTOS TEÓRICOS DA LITERATURA DECOLONIAL E A SEMIÓTICA DE SUSAN GAL E JUDITH T. IRVINE

Luís Frederico Dornelas Conti
(USP)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES	
<p>Luís Frederico Dornelas Conti é doutorando do Departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo (USP), no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês (com início em 2021). Professor de Língua Estrangeira Moderna - Inglês na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) (atualmente em licença). Licenciado em Letras - Inglês pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB), foi bolsista CAPES-PrInt (2022/23), atuando como pesquisador visitante na University of British Columbia (UBC), no Departamento de Estudos Educacionais. É interessado pelos temas do letramento crítico, da (de)colonialidade e da formação crítica de professores de línguas. E-mail: luisfdconti@usp.br.</p>	
RESUMO	ABSTRACT
<p>Este estudo examina a interseção entre a abordagem inovadora de Susan Gal e Judith T. Irvine em semiótica e antropologia linguística, e os princípios teóricos da virada decolonial (CASTRO-GÓMEZ; GROSGUÉL, 2007). Ambas as acadêmicas, conhecidas por sua pesquisa pioneira, introduziram uma perspectiva que vai além do logicismo inerente à semiótica peirceana, incorporando elementos sociais, valores em constante (re)negociação e a ideologia como parte fundamental de sua análise. Essa abertura conceitual converge com as críticas decoloniais, desafiando concepções inertes sobre a realidade e enxergando processos semióticos como situados em um mundo de dissensos, desentendimentos e construções contínuas, marcado por projetos localizados em campos sociolinguísticos específicos e regimes interpretativos parciais. O estudo não busca estabelecer uma equivalência rígida entre as análises de Gal e Irvine (2000, 2019) e as teorias decoloniais, mas destaca como podem complementar-se mutuamente, promovendo oportunidades para interconexões e para posicionamentos possíveis dentro das parcialidades existentes. O trabalho de Gal e Irvine levanta questões pertinentes sobre como a compreensão tradicional da semiose foi e vem sendo atravessada pela modernidade/colonialidade.</p>	<p>This study examines the intersection between Susan Gal and Judith T. Irvine's innovative approach in semiotics and linguistic anthropology, and the theoretical principles of the decolonial turn (CASTRO-GÓMEZ; GROSGUÉL, 2007). Both scholars, renowned for their pioneering research, introduced a perspective that goes beyond the inherent logicism of Peircean semiotics, incorporating social elements, values in constant (re)negotiation, and ideology as a fundamental part of their analysis. This conceptual openness converges with decolonial critiques, challenging inert conceptions of reality and viewing semiotic processes as situated in a world of dissent, misunderstandings, and continuous constructions, marked by projects located in specific sociolinguistic fields and partial interpretive regimes. The study does not seek to establish a rigid equivalence between Gal and Irvine's analyses (2000, 2019) and decolonial theories, but highlights how they can mutually complement each other, promoting opportunities for interconnections and possible stances within existing partialities. Gal and Irvine's work raises pertinent questions about how the traditional understanding of semiosis has been and continues to be intersected by modernity/coloniality.</p>
PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
<p>Processos semióticos; diferenciação; (de)colonialidade; ideologia.</p>	<p>Semiotic processes; differentiation; (de)coloniality; ideology.</p>



INTRODUÇÃO

Susan Gal e Judith T. Irvine são duas antropólogas e escritoras estadunidenses cujos trabalhos em linguística antropológica (ou antropologia linguística) e semiótica vêm há décadas sendo aclamados em ambos os campos. Suas visões sobre ideologia e diferenciação social tornam possíveis, de diversas formas, como este texto demonstra, muitos e diferentes pontos de articulação entre a sua análise semiótica e aspectos teóricos de trabalhos que se subscrevem à *virada decolonial* (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007).

Aqui, questões levantadas nos dois trabalhos que elas assinaram juntas (seu artigo de 2000, *Language Ideology and Linguistic Differentiation*, e seu livro de 2019, *Signs of Difference: Language and Ideology in Social Life*) serão tomadas e aliadas a problematizações associadas à literatura decolonial. Com essa aproximação, este trabalho não pretende igualá-las, ou mesmo colocar umas em função das outras, mas explorar como elas podem se somar de forma fecunda, levando em conta a abertura que a própria obra das duas antropólogas promove para esse tipo de reflexão.

1 IDEOLOGIA

Em ambos os textos (GAL; IRVINE, 2019; IRVINE, GAL, 2000), o conceito de ideologia tem um papel central. Para as autoras, a própria ideia de diferenciação inerente ao processo semiótico é tida como uma visão ideologizada, ou seja, como submetida a um *regime de valores* local e histórico e, por isso, parcial. Gal e Irvine (2019) consideram uma determinada ideologia como uma rede de ideias ou práticas interpretativas que permeiam e informam todo tipo de ação social, organizando o mundo segundo essas práticas interpretativas e consecutivamente realizando o trabalho (ideológico) de persuadir atores sociais acerca dessa forma específica de organização.

Para elas, ideologias são sempre *visões parciais* do mundo no duplo sentido desse termo, ou seja, ao mesmo tempo visões interessadas e visões incompletas do mundo. Assim sendo, as autoras não buscam, em sua análise, aspectos mais ou menos “verdadeiros” de uma ou de outra ideologia. Elas não concebem ideologias como inteiramente verdadeiras ou falsas. A ideia de que uma ideologia possa ser, por exemplo, inteiramente falsa, é tida como um engano frequente em relação ao próprio termo. Sendo uma determinada ideologia uma orientação em relação ao mundo, uma orientação “imbuída das questões políticas e morais que permeiam o campo sociolinguístico particular [...] [e] sujeita aos interesses da posição social de seus portadores” (IRVINE;



GAL, 2000, p. 35), as ideologias não são programas ou doutrinas (“ismos”) dos quais um sujeito poderia se abster completamente.

Segundo Gal e Irvine (2019), ideologias operam, antes, nos aspectos ordinários da vida quotidiana. Agindo produtivamente, e não apenas destrutivamente, como comumente se acredita, ideologias participam das interpretações criativas que pessoas podem fazer de suas relações com o mundo e das possibilidades percebidas (ou não) para qualquer mudança nessas relações. Como atividades semióticas que, por sua vez, não podem anteceder alguma ação interpretativa, ideologias não são vistas pelas autoras nem como “fixas” no mundo, nem como “superestruturas” planando sobre ele. Por isso, Gal e Irvine (2019) frequentemente lançam mão do verbo “ideologizar” (e formas derivadas), ou da expressão “trabalho ideológico”, enfatizando ideologias enquanto ação e movimento.

O espaço no qual essa ação se desenrola não se concebe, no entanto, como “ontologicamente anterior à semiose. Para nós, não pode haver um espaço de palco preexistente. Imagine, em vez disso, um grupo de artistas de rua que estabelecem — por e através de suas ações — um ‘palco’ para sua peça” (GAL; IRVINE, 2019, p. 168). Em outros termos, por serem formas de estar em relação ao mundo, agir sobre ele, organizá-lo semioticamente segundo um regime específico de valores (que são, por sua vez, marcados por relações de poder e por um senso de perspectiva local e histórico), e por serem formas de manter ou reproduzir essa mesma organização, não é possível posicionar-se em um espaço “do lado de fora” de todas as ideologias. As autoras consideram possível, no entanto, que ideologias sejam contestadas, negociadas, ressignificadas e talvez refeitas. De fato, para Gal e Irvine (2019, p. 13), “falar de uma ‘ideologia’ sempre implica que existe uma ideologia alternativa que outra pessoa, posicionada de forma diferente, pode ter. Uma ideologia, então, é algo contestável.”

Essa é uma concepção de ideologia que se move paralelamente à crítica decolonial que Castro-Gómez (2005, 2007) faz à “observação inobservada” cartesiana, isto é, ao raciocínio analítico que se considera “como o único adequado para entender a natureza” (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 82) por se supor desassociado dela. “Natureza”, para os pensadores iluministas de que trata esse autor, é uma ideia que remete tanto à noção de *cosmos* (o universo natural newtoniano) quanto à de *polis* (o universo político-moral). O método cartesiano de inquirição desinteressada, pressupondo um sujeito racional indivisível, é expandido à própria “natureza humana” pela filosofia humeana um século depois e, assim, pressupõe também um sujeito capaz de pensar a sociedade em que se situa a partir de uma suposta imparcialidade absoluta (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

É crucial para a discussão sobre o naturalismo modernista entender a sua relação direta, como indica Castro-Gómez (2005), com a ideia de “raça” e colonialidade em Quijano



(1992, 2000, 2009). Para este autor, a fundação do sujeito como capaz de conhecimento objetivo, *conhecimento sobre um objeto* do qual estaria “naturalmente” desvinculado, está na base da racionalidade da dominação colonial. A ideia de “raça”,

Ou seja, uma suposta diferente estrutura biológica que colocava os [conquistados] em uma situação natural de inferioridade em relação aos [conquistadores] [...], foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundante, das relações de dominação que a conquista impunha (QUIJANO, 2000, p. 202).

Estando, portanto, na gênese da racionalidade colonial, a ficção moderna da diferença racial está igualmente na própria gênese da ideia de Razão. Na pretensão de se justificar o domínio, a exploração e o genocídio de povos indígenas e africanos, o “homem (europeu) moderno” definiu a si mesmo, isto é, ao seu próprio corpo (branco, masculino, hétero-cis e cristão), como parâmetro para a comparação entre todas as grandezas, como razão única de todas as proporções. Para dissimular a instituição do seu próprio corpo como unidade universal de medida, a ficção moderna de uma observação desinteressada, livre de toda e qualquer ideologia, foi essencial. Dessa forma, ao passo que esse corpo racializou, generificou e “mediou” todo o mundo, ele mesmo se presumiu sem raça, sem gênero, sem medidas, sem corpo. Um ponto de referência, ou um “ponto zero”, nos termos de Castro-Gómez (2005, 2007).

A imparcialidade desse “ponto zero” é, no entanto, como nos mostram Gal e Irvine (2019), semioticamente inconcebível. Seguindo o pensamento de Castro-Gómez (2005) e Quijano (1992), a ideia mesma de uma imparcialidade deve ser entendida como parte do projeto colonial de se difundir *uma só* epistemologia (ou “ideologia”), uma orientação única em relação ao mundo, apenas um “regime de valores”, e de se dizimar, no processo, todos os outros. A presunção de uma visão enquanto desinteressada e completa é meramente parte do trabalho ideológico dessa mesma visão de persuadir todos os atores sociais, como diriam Gal e Irvine (2019), de que ela é incontestável e, assim, inegociável e ininterrupta.

2 CRÍTICA A PEIRCE

O trabalho do filósofo estadunidense Charles Sanders Peirce, um dos fundadores do campo dos estudos semióticos no século XIX, e interessado primariamente na relação (que ele via como intrínseca) entre a representação semiótica e a lógica, tem um lugar preponderante no trabalho de Irvine e Gal (2000, 2019). Em seu texto de 2000 (e já em sua versão anterior, de 1995), as autoras situam os três processos semióticos que elas



identificaram em seus estudos de antropologia linguística na África e na Europa — a saber: a iconização, a recursividade fractal e o apagamento — dentro de uma abordagem semiótica “que distingue vários tipos de relações de signos, incluindo (como Peirce sugeriu há muito tempo) o icônico, o indicial e o simbólico” (IRVINE; GAL, 2000, p. 37). Quase duas décadas mais tarde, no entanto, elas discorreriam sobre quatro, e não mais três, processos semióticos, substituindo a iconização pela *rematização* (dando, assim, espaço para a complexidade das relações entre ícones e índices), adicionando o *eixo de diferenciação*, e mantendo a *recursividade fractal* e o *apagamento*. Antes de prosseguir para uma discussão acerca de cada um desses quatro processos, uma breve pausa é devida para observar algumas das possíveis motivações que sublinham essa alteração.

Em seu livro de 2019, Gal e Irvine ainda se valem amplamente dos ensinamentos de uma semiótica peirceana. Todavia, as autoras ressaltam que a sua abordagem se distancia da de Peirce no que toca à dimensão do poder e da política. Isso é revelador, sobretudo se considerarmos, por um lado, a compreensão que elas têm de ideologia e, por outro, as observações que fazem sobre as mediações semióticas do ícone e do índice (para as quais elas recorrem a outro filósofo americano cujo trabalho se subscreve a uma linha analítica, Henry Nelson Goodman). Apesar de Peirce ter admitido que o signo, sua manipulação e compreensão não estão isolados do contexto que os cerca, ele estava, segundo elas, mais preocupado com a lógica da semiose, “não com seu entorno social” (GAL; IRVINE, 2019, p. 16).

Gal e Irvine (2019), em contrapartida, se mostram interessadas tanto com os processos semióticos que levam ao consenso quanto com os que levam ao dissenso. Como elas afirmam, “em toda parte ao nosso redor são evidentes as contestações sobre significados, valores e ideologias” (GAL; IRVINE, 2019, p. 16). Tendo isso em vista, as autoras problematizam o entendimento peirceano de ícone e de índice, acentuando como as noções de semelhança e de proximidade não estão dadas no mundo, *a priori* de uma construção social do que pode ou merece ser considerado um signo e, portanto, não estão elas mesmas isentas de discordâncias.

Essa é uma visão que se aproxima proficuamente da elaboração que Mignolo (2018) faz da relação entre ontologia e epistemologia sob uma ótica decolonial. Para este autor, a modernidade, enquanto uma retórica que encoberta a colonialidade, impõe uma narrativa que apresenta uma relação específica entre o que é “dado” como existente no mundo e o que se entende do que é “dado”: ela pretende nos fazer acreditar “que a ontologia é *representada* pela epistemologia” (MIGNOLO, 2018, p. 147, ênfase no original). Em outras palavras, a modernidade se aproveita de uma inversão segundo a qual primeiramente nós receberíamos as categorias do que existe e só então poderíamos conhecê-las. A concepção



de uma ontologia preexistente é útil para uma retórica que tem como objetivo dar como naturais as relações de dominação instituídas pela colonialidade.

Para Mignolo (2018), decolonialmente é mais interessante nos questionarmos sobre como a ontologia não é “representada”, mas prescrita ou instituída pela epistemologia, já que “o que *há* depende de como fomos programados para nomear o que sabemos” (MIGNOLO, 2018, p. 148, ênfase no original). Nos termos de Gal e Irvine (2019), poder-se-ia dizer que o que é tomado como um signo não antecede as concepções características de um determinado campo sociolinguístico, que são, por sua vez, profundamente ideológicas e abertas, em igual nível, a possibilidades de conflitos, contradições e questionamentos.

3 REMATIZAÇÃO

Gal e Irvine (2019) inspiram-se no termo “rema” (usado por Peirce, segundo elas, para denotar um signo que tenha, por meio de conjecturas, passado da condição de índice, tendo uma relação de causalidade ou proximidade “reais” com o objeto que designa, para a de ícone, assemelhando-se ou imitando o objeto para o qual passa a funcionar como uma imagem ou metáfora), e propõem o processo semiótico que chamam de rematização. Entretanto, no trabalho das autoras, a natureza do rema é diversa e mais complexa do que no de Peirce: “Assim como tudo é de alguma forma semelhante a tudo o mais, como disse Goodman, todo ser existente no mundo está em contiguidade com todo outro ser existente” (GAL; IRVINE, 2019, p. 100). Diferentemente de Peirce, para quem o índice e seu objeto teriam uma correspondência “real” (portanto, *a priori*), Gal e Irvine (2019) entendem que as diferenciações e comparações que suscitam conjecturas não precedem de intencionalidades atravessadas por relações de poder.

Para elas, a rematização é o processo pelo qual “qualidades contrastantes percebidas nos signos são consideradas semelhantes a contrastes qualitativos naquilo de que os signos são considerados índices” (GAL; IRVINE, 2019, p. 19). As similaridades e as diferenças assumidas entre os signos e os objetos dos quais eles são tomados por índices *não são evidências* dessa relação: as autoras salientam que elas podem ser selecionadas erroneamente, tendo em vista uma agenda específica, ou simplesmente por uma questão de hábito.

Nos trabalhos de Irvine e Gal (2000, 2019), muitos exemplos elucidativos são apresentados sobre cada aspecto dos processos semióticos de que elas tratam. Aqui, alguns exemplos adicionais são oferecidos. No que diz respeito à rematização, um exemplo pode ser encontrado no pensamento do historiador francês do século XIX, Alexis de Tocqueville. Seu trabalho é discutido no quadro de uma crítica ao vínculo estreito entre a teoria social



moderna e o colonialismo europeu por Bhambra e Holmwood (2021). Bhambra e Holmwood (2021) chamam atenção, dentre outras coisas, a como Tocqueville (2004) buscou justificar a invasão do continente americano com o que ele via como uma ausência, por parte dos povos originários, do “direito à terra” em que viviam.

Segundo ele, haveria uma diferença entre ocupar um solo e de fato possuí-lo. Para possuir e, conseqüentemente, ter direito à terra onde se vive, essa terra deveria ser cultivada através da agricultura. Como, na visão de Tocqueville, o continente americano era “selvagem” no tempo do descobrimento, “um berço vazio”, porque os primeiros habitantes da América, supostamente, viviam apenas da caça e não praticavam a agricultura, esses povos não teriam, então, direito à sua terra e apenas ocupavam-na (BHAMBRA; HOLMWOOD, 2021). Ele se referia aos indígenas da América do Norte, mas essa argumentação foi amplamente usada para se referir a todos os povos oriundos do continente americano. Subentendida, nessa linha de raciocínio, estava a ideia de que, por oposição, o europeu, sim, teria direito à terra onde vivia, já que ele praticava a agricultura. Adiante, na seção 6, uma relação entre todos os processos e o processo semiótico do apagamento é apresentada. Por ora, é relevante entender como a argumentação de Tocqueville se enquadra enquanto um exemplo de rematização.

Para Tocqueville, e vale lembrar que seu argumento era (e ainda é) comum entre outros europeus à época (e ainda hoje), um contraste percebido entre as “qualidades” dos signos “caça” e “agricultura” era tido como um contraste pertinente. Elas deveriam ser tomadas como ícones de um outro contraste que lhe era relevante: aquele entre o suposto direito (e sua ausência) de determinados povos (ameríndios e europeus) a essa mesma terra. Uma conexão é imaginada entre a caça e “simplesmente ocupar” um solo, e esses dois elementos são comparados e alinhados à outra conexão, igualmente imaginada, entre a agricultura e “realmente possuir” um solo. Uma analogia (“a:b :: x:y”, ou “caça:ocupação :: agricultura:posse”) é formada através dessa comparação, estabelecendo-se, assim, a rematização.

Saltam aos olhos o aspecto ideológico, o interesse político, o regime de valores e a orientação específica em relação ao mundo inerentes a esse processo. A conjectura que seleciona certos elementos e tem determinadas qualidades como “mais pertinentes”, definitivamente, não se dá arbitrária ou acidentalmente. As relações de contraste e semelhança estipuladas são, evidentemente, aquelas que servem ao interesse de pessoas como Tocqueville: colonizadores, europeus, brancos e burgueses. Pessoas que tinham a ganhar com a justificação do domínio e exploração de um continente inteiro. Ao mesmo tempo em que uma comparação é feita entre os signos eleitos, uma relação hierárquica se constrói entre eles. A agricultura é tida como superior porque aqueles que a praticam são



tidos como superiores. Uma *linha abissal* (SANTOS, 2007) forma-se com essa comparação: o signo “habitar a terra” é repartido a serviço do projeto colonial. E, à medida que outras qualidades de outros signos vão sendo percebidas como “pertinentes”, esses signos são enfileirados, organizados em pares, formando o que Gal e Irvine (2019) chamam de um eixo de diferenciação. De um lado desse eixo, são alinhadas a caça, a “ocupação do solo” (sem direito), a “selva” e o “selvagem”; do outro, estão a agricultura, a “posse do solo” (com direito), a “civilização” e o “civilizado”.

4 EIXO DE DIFERENCIAÇÃO

O processo do eixo de diferenciação é aquele pelo qual se formam agrupamentos semióticos que, segundo Gal e Irvine (2019, p. 118), organizam o conhecimento em tramas totalizantes e dividem “um mundo inteiro de fenômenos em imagens ou ‘lados’ qualitativamente contrastantes”. As autoras também chamam tais tramas de estereótipos. Todo e qualquer fenômeno pode ser apropriado pelo eixo de diferenciação, desde um traço cultural como uma vestimenta, uma preferência culinária ou uma particularidade fonológica do falar de um povo, até um elemento histórico e social de qualquer escala, passando mesmo pelas características físicas do relevo ou da vegetação de uma paisagem, por exemplo.

Os eixos têm como “base” duas qualidades que são consideradas por uma ideologia como estando em oposição co-constitutiva, ou uma unidade binária dentro da qual um “lado” complementar e definiria o outro. Sobre essa base, ou rematização fundante, outros pares de qualidades tidas como contrastantes vão sendo agrupados, dando forma ao eixo de diferenciação. Essa estrutura passa, então, a ser usada como modelo para o trabalho interpretativo que é realizado em tempo real. Outros fenômenos, ainda não assumidos pelo eixo, são interpretados em relação a ele e podem ser apropriados ou desafiá-lo, reforçá-lo ou mudá-lo (GAL; IRVINE, 2019).

Apesar de sugerirem a certa altura do texto (GAL; IRVINE, 2019, p. 39) que o processo semiótico do eixo de diferenciação pode servir para organizar os outros três, Gal e Irvine (2019) também dão a entender ao longo do restante do seu trabalho, e na escolha e discussão dos exemplos que nele trazem, que ideologias *ordenam* a construção dos eixos de diferenciação, mas não que sejam os próprios eixos. A lógica totalizante do mundo em termos dicotômicos (necessariamente hierárquicos e produtores de categorias internamente homogêneas e “fechadas”) está, como ensina Lugones (2014), no centro do pensamento capitalista, colonial e moderno. Uma correlação maior entre o eixo de diferenciação e a própria noção *do que é ideologia* poderia reforçar uma compreensão da



ideologia como não existindo *a priori* ou à parte da semiose, como um suposto “guia” ao qual se pode recorrer ou um agente explicativo “externo” às conjecturas que selecionam signos e suas qualidades contrastivas, mas como o próprio modelo interpretativo que se constrói na modernidade/colonialidade.

Essa é uma compreensão que pode ser interessante tanto para a crítica que as autoras fazem de uma “posição filosófica ocidental que distingue entre materialidade e ideação, entre o físico e o mental, e coloca a linguagem em um reino ideacional-mental” (GAL; IRVINE, 2019, p. 15), quanto para a crítica de que essa mesma posição filosófica se funda na distinção entre o “humano” e o “não-humano”, o “europeu” e o “não-europeu”, o “branco” e o “não-branco”, e assim por diante. O pensamento moderno/colonial, fundamentalmente um *pensamento abissal*, se enraíza, em outras palavras, em distinções “estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o ‘deste lado da linha’ e o ‘do outro lado da linha’” (SANTOS, 2007, p. 71). É justamente com o objetivo de persuadir de que a linha (ou eixo) colonial é “natural” e, assim, torná-la invisível, que o contraste entre materialidade e ideação (base e superestrutura) foi inventado pela filosofia ocidental. Um lado da linha colonial (europeu, branco, burguês) estaria associado ao ideacional, ao mental e intelectual, e teria, pois, acesso “neutro” e “desinteressado” à superestrutura (ideologia) e ao *movimento metasemiótico* (GAL; IRVINE, 2019) por meio do qual ele poderia entendê-la e explicá-la.

Tendo em mente essa compreensão do eixo de diferenciação *enquanto* linha abissal, um exemplo desse processo semiótico em uso pode ser frutífero. Veronelli (2015), embasando-se em Mignolo (1995), tece uma crítica ao trabalho do pensador humanista espanhol do período renascentista Bernardo de Aldrete. Para ela, a forma com que Aldrete desumaniza as populações indígenas da América é um arquétipo de como funciona o que ela chama de colonialidade da linguagem, isto é, a crença (colonial) de que o seu interlocutor não se encaixa nem mesmo na categoria de “humano” e, por conseguinte, a comunicação em si é previamente impedida.

Em sua tese de 1606 sobre a língua castelhana, Aldrete se refere aos povos ameríndios nos seguintes termos: “[...] aquelas gentes careciam de toda sorte de letras e, conseqüentemente, das ciências, dos estudos delas e da polícia que as acompanha, e viviam à guisa de feras nuas” (ALDRETE, 1972, *apud* VERONELLI, 2015, p. 44). Nesse excerto, vemos como Aldrete alinha, evidentemente seguindo o regime de valores que lhe convém, os signos “letras”, “ciências”, “estudos”, “política” e “vestimentas”, tendo por base o par contrastante “ter letras” e “carecer de letras”, e, a partir dele, organizando um eixo de presenças e ausências (em lados opostos) dos pares seguintes: *ter* ou *carecer* de ciências, de estudos, de política e de vestimentas. A relação hierárquica, já manifesta na seleção e



organização desses pares e nos apagamentos (ver seção 6) que eles pressupõem, faz-se ainda mais conspícua na última relação binária desse excerto — os povos ameríndios, “nus”, estariam identificados com “feras”, portanto, como não-humanos, *em oposição* aos europeus vestidos, que seriam, eles, “humanos”.

5 RECURSIVIDADE FRACTAL

De acordo com Irvine e Gal (2000), a recursividade fractal é o processo semiótico mediante o qual o fim totalizante do eixo de diferenciação se realiza em escalas múltiplas, por meio da projeção de uma mesma oposição, ideologicamente selecionada e “saliente em algum nível de relacionamento, em outro nível” (IRVINE; GAL, 2000, p. 38). É também por intermédio da ideologização que o nível do relacionamento ou escopo dos conjuntos semióticos é expandido ou contraído. O trabalho ideológico define, seguindo seus interesses, se e quando os contrastes de um eixo podem ser reiterados em uma escala menor, para diferenciar subconjuntos de um certo conjunto ou, em uma escala mais ampla, para diferenciá-lo de conjuntos contidos em um conjunto mais abrangente (GAL; IRVINE, 2019). Uma determinada lógica de comparações, que espelha uma visão parcial do mundo (produzindo e se reproduzindo em um determinado eixo de diferenciação), repete-se, assim, indefinidamente, configurando uma estrutura reminescente dos fractais da geometria.

Um exemplo de como o processo da recursividade fractal funciona pode ser encontrado na forma com que o pensamento moderno/colonial, construindo um entendimento mítico sobre o progresso, reverbera em níveis diferentes a mesma distinção imaginada entre um *antes*, “primitivo”, “tradicional” ou “atrasado”, e um *depois*, “civilizado”, “moderno” ou “avançado”. Em Lugones (2007), essa distinção é disposta desde a lógica binária basilar que separa o “humano” do “não-humano”, reiterando-se como uma

Concepção de humanidade [...] segundo a qual a população mundial foi diferenciada em dois grupos: superior e inferior, racional e irracional, primitivo e civilizado, tradicional e moderno. Primitivo referia-se a um tempo anterior na história da espécie, em termos de tempo evolutivo. A Europa passou a ser concebida miticamente como anterior ao colonialismo, globalização, capitalismo e como tendo alcançado um nível muito avançado no caminho contínuo, linear e unidirecional. Assim, a partir deste ponto mítico inicial, outros habitantes humanos do planeta passaram a ser concebidos não como dominados pela conquista, nem como inferiores em termos de riqueza ou poder político, mas como um estágio anterior na história da espécie, neste caminho unidirecional (LUGONES, 2007, p. 192).



Uma mesma ficção, isto é, um mesmo contraste (“temporal”) imaginado no alicerce da classificação de todos os povos da Terra, é reiterado a nível global por meio da recursividade fractal. A Europa foi instalada contrastivamente em relação aos outros continentes com o intuito de justificar a invasão, exploração e genocídio do projeto imperial/colonial. Essa lógica de comparações em escala global reitera-se também naquela que se situa, em uma escala menor, no nível dos mitos fundadores da Europa — o Renascimento, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial (BHAMBRA, 2007). No nível do continente europeu, a modernidade seria desvinculada tanto de eventos que a antecederam *dentro da Europa* quanto de eventos que se sucediam *concomitantemente* a essas origens míticas: a colonização de quase todo o hemisfério ocidental do planeta; o sequestro e extermínio de populações africanas e indígenas; a pilhagem das Américas e do Caribe. A lógica do contraste “temporal” posicionaria, nesse nível comparativo, o “homem (europeu) moderno” autonomamente em relação ao presente global e ao passado do próprio continente, como se a “emancipação” de que ele se vangloriava fosse mérito seu.

Numa escala abaixo dessa, a lógica “temporal” reitera-se na forma com que a teoria social moderna organizou a sua crítica à modernidade do ponto de vista da própria modernidade, como ensinam Bhambra e Holmwood (2021). Ou seja, na forma com que essa crítica não se desprende de um molde eurocentrado (QUIJANO, 2009). A crítica eurocentrada pressupõe um oprimido que só poderia ser entendido como estando “atrasado” em relação ao seu opressor, “para trás” no caminho linear e único em direção ao progresso (entendido como a sua emancipação da opressão). Ao conceber nessas linhas o “oprimido enquanto oprimido”, a *teoria da opressão* (LUGONES, 1992, 2003) o priva de antemão das possibilidades mesmas para a compreensão e a mudança da sua realidade. Ela o fixa no lugar paradoxal de quem sempre terá a carência de um intelectual crítico, um professor explicador, uma consciência já liberta (temporalmente avançada), uma *vanguarda* que lhe estenda a mão e lhe mostre o caminho.

A crítica eurocentrada funda em um mesmo gesto a necessidade de uma vanguarda e a oclusão da possibilidade de qualquer mudança na relação contrastiva que ela mesma enxerga entre opressores e oprimidos. Como demonstra Veronelli (2015), não há possibilidade de comunicação (dialógica e racional) entre os dois lados se for negada “aos segundos a capacidade e agência comunicativa dos primeiros” (VERONELLI, 2015, p. 36). A linha que divide o “humano” e o “não-humano” também divide, nos termos desta autora, aqueles que são dotados de uma linguagem “em sentido pleno” daqueles que têm apenas uma “expressividade primitiva e rudimentar” (VERONELLI, 2015, p. 42), atrasada ou obsoleta. Neste nível comparativo, a lógica do contraste “temporal” alcança as



interações entre sujeitos, interações que seriam essencialmente vistas como "viagens no tempo", já que alguns estariam no "futuro" em relação aos outros, estes últimos concebidos como "encarnações humanas do princípio do anacronismo" (CHAKRABARTY, 2000, p. 238).

Quando toca o corpo do Outro marcado pela "diferença colonial" (MIGNOLO, 2000, 2005), o mesmo contraste "temporal" que traçou uma linha abissal (SANTOS, 2007) entre a Europa e todo o restante do globo terrestre passa a ver nesse corpo alterizado o próprio princípio do anacronismo inventado. A comparação é reiterada, passo a passo, de um nível ao seguinte, mediante a recursividade fractal, até aterrissar no corpo que ela parte ao meio, entre tempos diferentes; corpo que fragmenta, a fim de dominar (LUGONES, 2003). Isso posto, a recursividade fractal pode agir em dois sentidos. A lógica "temporal" que fratura o corpo alterizado (entre um "agora", já inacessível, e um "antes" de onde vem e onde se fixa, já ultrapassado), sendo reiterada de um conjunto mais amplo até um subconjunto, numa direção, pode igualmente agir na direção contrária: repetindo-se, passo a passo, de um nível ao seguinte, até seu propósito, a nível global, de prover uma justificativa para a colonialidade.

6 APAGAMENTO

Como vimos nas três seções anteriores (3, 4 e 5), os processos semióticos são interrelacionados e interdependentes. A recursividade fractal é uma reiteração, em escalas múltiplas, do eixo de diferenciação, que é, por sua parte, uma agregação de diferenças organizadas em função de uma base contrastiva binária, de qualidades selecionadas entre dois signos. Isto é, organizadas em função da rematização. Em cada uma dessas três etapas está presente e é essencial o quarto e último processo semiótico, o apagamento (GAL; IRVINE, 2019). Na rematização, o processo do apagamento está na omissão das demais qualidades dos signos que poderiam ser confrontadas, mas não o são por não servirem à ideologia que rege aquela comparação. Já no eixo de diferenciação, apaga-se (ignora-se ou escusa-se) tudo o que é inconsistente com as duas imagens contrastivas ideologizadas. Na recursividade fractal, por fim, para manter a aparência de coerência no trabalho ideológico realizado, a lógica do contraste "é considerada a mesma, mesmo que as qualidades comparadas inevitavelmente se desloquem um pouco à medida que o escopo da comparação muda" (GAL; IRVINE, 2019, p. 21).

Segundo as autoras, o apagamento está a serviço da intenção totalizante da ideologização pela qual os demais processos realizam-se (IRVINE; GAL, 2000). Ele trabalha em função do poder de persuasão das ideologias, que têm uma aparência de



coerência mantida se as diferenças são absolutizadas. Como afirma Santos (2007, p. 72), distinções absolutas, radicalizadas, “se combinam para tornar invisível a linha abissal na qual estão fundadas”. Os exemplos que aqui foram oferecidos estão repletos de apagamentos. Vejamos alguns. Quando Tocqueville institui a caça como ícone do que seria uma mera “ocupação” (sem direito à terra) pelos povos indígenas na América do Norte (BHAMBRA; HOLMWOOD, 2021), ele propositalmente ignora todos os povos ameríndios que, inclusive naquele lugar, praticavam a agricultura há milênios¹. A rematização estabelecida (caça como ícone da “ocupação da terra” e em oposição à agricultura como ícone de sua “posse”) apaga, de uma só vez, todas as características da caça (assim como da coleta e do nomadismo) enquanto meio de subsistência, que poderiam ser consideradas superiores (mais ecologicamente sustentáveis, conducentes a menos desigualdade e violência, por exemplo); todas as sociedades que tinham formas mistas e diversas de subsistência; e todas as outras comparações que poderiam ter sido feitas no lugar de uma ficção binária construída entre “caça” e “agricultura”.

Essa série de apagamentos, feita por Tocqueville no século XIX para justificar a sua visão de que os ameríndios não teriam posse da sua terra, espelha aquela feita por Aldrete mais de dois séculos antes. As comparações que Tocqueville propositalmente descarta em favor de uma redução simplista poderiam aludir, por exemplo, à complexidade das estruturas sociais formadas pelos povos indígenas (como a da sociedade Comanche, que teve seu apogeu mesmo durante a expansão colonial sobre o sudoeste estadunidense no século XIX). De fato, ao chamar o continente americano de um “berço vazio”, o historiador francês apaga toda a imensidão² de vidas humanas que, antes das invasões europeias, já constituíam aqui sociedades altamente complexas³, e toda a culpa dos europeus, nos três séculos e meio entre o início dessas invasões e a publicação dos seus textos, no extermínio da maioria dessas vidas.

No início do século XVII, o apagamento das complexidades dos povos ameríndios já se via igualmente no discurso de Aldrete (VERONELLI, 2015). No eixo de diferenciação que ele constrói (no contexto de seu elogio da língua e “civilização” castelhana), o pensador

¹ Povos ameríndios já praticavam a agricultura há 8 ou 9 mil anos; na América do Norte, desde pelo menos 4 ou 5 mil anos atrás.

² Alguns historiadores defendem inclusive que a população da América era, no fim do século XV, maior do que a da Europa. Nos anos 60, Henry Dobyns, antropólogo estadunidense especialista em demografia, calculou a proporção de declínio das populações ameríndias e concluiu que, no fim do século XV, elas somavam entre 90 e 112 milhões de habitantes (DOBYNS, 1966, *apud* BORAH, 1992). Mais recentemente, o historiador e economista neerlandês Jan de Vries estimou a população europeia, no mesmo período, em torno de 61 milhões.

³ Nos termos de Dussel (1994, p. 99): "Imenso 'mundo' cultural que ocupava todo o continente [...]. Não era um 'vazio' incivilizado e bárbaro: era um 'pleno' de humanização, história, sentido."



espanhol contrasta os ameríndios aos europeus, situando aqueles do lado dos “desprovidos”, entre outras coisas, de “ciências”, “política” e “vestimentas”. Ele inventa e traça entre estes signos e o signo das “letras” uma linha direta, mascarando a forma com que essa seleção semiótica serve aos interesses de uma ideologia que via essas, e não quaisquer outras, como as características definidoras de uma “civilização”. As ciências, a política, as vestimentas e as letras que Aldrete “buscava” eram as suas próprias. Deparando-se com formas diferentes de construir saberes, de se estruturar socialmente, de se vestir e de transmitir os saberes, ele não as reconheceria. No eixo de diferenciação que concebe, não caberiam, por exemplo, a grande profusão de multimodalidades textuais (SOUZA, 2004) com que culturas indígenas transmitem sua cultura, sua ciência, sua história e sua estruturação social.

No que tange, enfim, à lógica comparativa do contraste “temporal”, produtora de um anacronismo reiterado desde o nível global (na visão de uma Europa apartada do ritmo temporal do resto do mundo) ao nível do corpo marcado pela diferença colonial, a recursividade fractal que a reproduz baseia-se, similarmente, em uma série de apagamentos. São apagadas a agência e a capacidade criativa do corpo fixado em sua opressão, bem como a abundância dos conhecimentos compartilhados entre eles. São apagadas, também, as conexões estreitas e necessariamente existentes entre os “avanços” da modernidade europeia e as atrocidades do colonialismo, assim como é ignorada a inexistência de “pontos originários”, míticos e singulares dessa ideia de modernidade (BHAMBRA, 2007). São apagados os “caminhos” múltiplos e não-lineares que percorrem os povos da Terra; suas noções particulares sobre o tempo e a história. Em última instância, pela retórica de uma modernidade (“referência universal”), entendida como a própria noção de progresso (que *todo o mundo* acessaria “a seu tempo”), apaga-se a colonialidade.

7 CONFECÇÃO DE ESCALAS

Antes de concluir essas reflexões sobre as proximidades teóricas entre a semiótica de Susan Gal e Judith T. Irvine e a teoria decolonial, algumas palavras devem ser ditas sobre como essas aproximações se estreitam aprazivelmente na discussão que as duas autoras fazem sobre o seu conceito de “escalas”. Segundo as autoras, a escala é um termo ambíguo e em cuja ambiguidade reside a relevância que ela tem: uma escala pode se referir tanto ao tamanho, dimensão, qualidade, extensão e generalidade que são medidas e elencadas, quanto a um grau ou valor específico dessas medidas. Por isso, escalas podem aparecer em trabalhos “tanto das ciências físicas quanto das sociais, geralmente sob a suposição de que um tipo relevante de métrica está ‘lá fora’ no mundo, externo ao projeto



em questão” (GAL; IRVINE, 2019, p. 217). Elas podem, com efeito, operar sobre qualquer fenômeno do mundo, comparando quaisquer duas características nele selecionadas.

É nesse ponto que Gal e Irvine (2019) inserem a sua compreensão sobre escalas enquanto sempre e necessariamente ideologizadas, sempre implicando uma posição, um ponto de vista, um projeto. As autoras chamam atenção, assim, mais do que às escalas em si, à *confeção* das escalas, isto é, ao trabalho ideológico que as subjazem. Como destacam Gal e Irvine (2019, p. 219), “toda criação de escalas está situada em projetos e, portanto, envolve a perspectiva do criador da escala”. A noção de perspectiva é, portanto, crucial para essa discussão. As autoras distinguem escalas entre as que são confeccionadas segundo um “modelo perspectivo” e as que são confeccionadas segundo um “modelo aperspectivo”.

Enquanto nas primeiras a perspectiva do confeccionador está embutida na confecção (ex.: “*Esse lugar é tão bonito!*”, elogio que pressupõe uma escala pessoal de beleza), nas segundas existe uma tentativa implícita de negação dessa perspectiva e uma maior dependência do que seriam “propriedades externas” à escala, consideradas “naturais”, “não-humanas” e “universais” (GAL; IRVINE, 2019). Exemplos de escalas dentro de um modelo *aperspectivo* seriam uma avaliação em 5 estrelas em um *site* de compras, um *ranking* de “melhores restaurantes brasileiros” em uma revista e o *Sistema Internacional de Unidades*.

Gal e Irvine (2019) dedicam parte de sua crítica sobre o modelo aperspectivo especialmente às unidades de medida, e em particular ao *metro*. Para elas, o programa de confecção de escalas da Primeira República Francesa é emblemático de como funciona o modelo aperspectivo. Ele foi empreendido pela Academia Francesa de Ciências logo depois da revolução de 1789 sob os ideais iluministas de centralização, padronização e universalização, e fixou o metro, em 1792, como a décima milionésima parte do quarto de meridiano que conecta o Polo Norte, a cidade de Paris e a linha do Equador.

É interessante ressaltar que a instituição do metro foi declarada por quatro matemáticos franceses (Borda, Lagrange, Condorcet e Laplace) em um relatório “sobre a nomenclatura das medidas lineares e superficiais” feito à academia *antes da determinação* precisa da extensão do meridiano em questão. Através da nomeação⁴ dessa unidade de medida, portanto, eles estavam também quantificando e estabelecendo, em relação à escala que acabavam de confeccionar, a dimensão do globo terrestre *como um todo*. O apelo às

⁴ “A divisão decimal tendo sido acordada, era necessário estabelecer a unidade de medida universal e *dar-lhe um nome* [...]. Decidimos adotar como unidade de medida a décima milionésima parte do quarto meridiano, que deve tornar-se a mais comum, e essa décima milionésima parte nos pareceu ser o metro [...]. Portanto, a escolhemos como unidade de medida e *a denominamos metro*” (BORDA et al, 1793, p. 251-2, ênfases adicionadas).



propriedades “naturais” da Terra (ainda que em uma visão assumidamente centrada em Paris) dissimularia os vínculos muito estreitos entre os “avanços” da geodésia e os interesses coloniais europeus, ao passo que a reiteração do sistema decimal e das potências de 10 evocava a ideia da perfeição pitagórica⁵ e o discurso iluminista de que o seu racionalismo teria suas raízes mais profundas afixadas na Grécia Antiga. Ao longo dos séculos XIX e XX, os processos de decimalização e metrificacão se espalharam e se consolidaram com uma série de tratados ao redor do mundo.

Segundo Gal e Irvine (2019), mesmo que escalas já existissem para medidas de tamanho (e peso, volume, etc.) o diferencial do projeto iluminista e revolucionário de confecção de escalas estava em seu objetivo de centralização e padronização (ou seja, de controle), sob o pretexto de uma universalização e de um distanciamento do Antigo Regime. A variabilidade de escalas que existia antes não era acidental, mas uma resposta a necessidades particulares e condições locais: usando escalas próprias,

A prática local poderia responder à variabilidade nos requisitos de trabalho dos campos agrícolas — diferenças na fertilidade do solo, pedregosidade, inclinação do terreno, e assim por diante — [...], como o número de dias de trabalho necessários para os campos (GAL; IRVINE, 2019, p. 237).

Tais particularidades locais, entretanto, evidentemente não convinham para a visão de mundo do pensador iluminista confeccionando o metro dentro de um modelo aperspectivo.

A crítica das autoras a uma concepção de escalas enquanto supostamente existindo “lá fora”, uma concepção que busca negar o projeto ideológico em que se fundam as escalas, encontra consonância com a crítica que Santos (2010) elabora acerca da ciência moderna. Para este autor, a ciência moderna recebe da matemática “o modelo de representação da própria estrutura da matéria” (SANTOS, 2010, p. 27). Disso decorre que, para esse paradigma científico, só o que pode ser contado conta. Ignoram-se qualidades não reduzíveis a quantidades. As complexidades do mundo que não puderem ser abstraídas e simplificadas, operacionalizadas, generalizadas e uniformizadas são menosprezadas e descartadas por não serem úteis aos interesses e às necessidades percebidas por esse paradigma. Ao nos darmos conta disso, podemos começar a nos questionar, como sugerem Gal e Irvine (2019): *para quem* interessam os fenômenos do

⁵ Inspirados em Pitágoras de Samos (570 a 495 a.C.), os pitagóricos acreditavam que a realidade era essencialmente matemática e, baseando-se em seus estudos sobre os intervalos musicais, consideravam o número 10 como um número perfeito. O projeto (moderno/racionalista/iluminista) de decimalização implementado na França do fim do século XVIII ficou conhecido por tentar decimalizar todas as escalas, incluindo a quantidade de dias em uma semana (a “década”) e de horas em um dia (10), minutos em uma hora (100) e segundos em um minuto (100). Tiveram sucesso, contudo, com o quilo e com o metro.



mundo que são selecionados e tidos como mensuráveis por uma ou outra visão de mundo? *Para quem* interessam a própria seleção e mensuração? E com quais propósitos?

REFLEXÕES FINAIS

Apesar de Gal e Irvine (2000, 2019) aproximarem a sua análise semiótica de uma abordagem peirceana, que tradicionalmente lida com as relações entre os signos, seus referentes e suas interpretações sob uma ótica logicista, ao abrirem-na para a dimensão social dos valores em constante (re)negociação, do dissenso e da ideologia, as autoras propiciam vários pontos de articulação entre a semiótica e o que vem sendo, desde os anos 1990, chamado de virada decolonial (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007). Em seu trabalho, tais relações não podem ser vistas como ontologicamente fixadas, como previamente dadas “lá fora”: quais signos e quais significações são considerados possíveis de existir são questionamentos imersos em uma profunda inquietação epistemológica. Os processos semióticos não estão “pairando” sobre o mundo; as formas com que eles se dão são sempre nele situados, tramando (e sendo tramados por) projetos específicos, visões parciais sobre o mundo, regimes interpretativos erigidos sobre (e por) certas formas de classificá-lo e hierarquizá-lo.

O objetivo deste trabalho não foi, portanto, o de traçar uma relação de equivalência entre a análise das autoras e a teoria decolonial. Tendo em vista que toda e qualquer visão sobre o mundo é necessariamente parcial, portanto interessada e incompleta (GAL; IRVINE, 2019), o objetivo, aqui, foi antes o de procurar como a semiótica e a perspectiva da decolonialidade poderiam se beneficiar mutuamente, aqui ou ali oferecendo possibilidades para interconhecimentos (SANTOS, 2007); possibilidades de (re)pensar como as nossas interpretações, posições, orientações e concepções são construídas dentro dessas parcialidades — mas não terminantemente; e de (re)pensar como elas podem acrescentar umas às outras.

Ao colocarem inquietações sobre o dissenso, o desentendimento, a contínua (re)negociação semiótica, e sobre as possibilidades inumeráveis de rearticulações do sentido (por não serem fechadas em si mesmas, mas abertas ao contexto local e às relações de poder) no centro de sua análise semiótica, Gal e Irvine (2000, 2019) possibilitam oportunos questionamentos sobre como a própria compreensão vigente da semiose foi e vem sendo, ela também, marcada pela modernidade/colonialidade.



REFERÊNCIAS

ALDRETE, B. J. Del origen y principio de la lengua castellana o romance que oi se usa en España. In: GIMÉNEZ, N. L. (Ed.) **Consejo Superior de Investigaciones Científicas**, Madrid, 1972.

BHAMBRA, G. K. **Rethinking modernity**: Postcolonialism and the sociological imagination. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

BHAMBRA, G. K.; HOLMWOOD, J. **Colonialism and modern social theory**. Cambridge: Polity, 2021.

BORAH, W. The historical demography of aboriginal and colonial America: An attempt at perspective. In: DENEVAN, W. M. (Ed.) **The native population of the Americas in 1492**. Madison: University of Wisconsin, p. 13-34, 1992.

BORDA et al. Rapport fait à l'Académie des Sciences, le 11 Juillet 1792, sur la nomenclature des mesures linéaires et superficielles. **Annales de chimie ou recueil de mémoires concernant la chimie et les arts qui en dépendent et spécialement la pharmacie**. Tome 16e, 1793. Disponível em <<https://play.google.com/store/books/details?id=gzRQAAAACAAJ>>, acesso em 12 jul. 2024.

CASTRO-GÓMEZ, S. **La hybris del punto cero**: Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Eds.) **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, p. 79-92, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Eds.) **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, p. 9-24, 2007.

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe**: Postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University, 2000.

DOBYNS, H. F. Estimating Aboriginal American population: An appraisal of techniques with a new hemispheric estimate. **Current anthropology**, v. 7, p. 395-416, 1966.

DUSSEL, E. **1492**: el encubrimiento del otro: hacia el origen del 'mito de la modernidad'. La Paz: Plural Editores, 1994.



- GAL, S.; IRVINE, J. T. **Signs of difference: Language and ideology in social life.** Cambridge: Cambridge University, 2019.
- IRVINE, J. T.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. V. (Ed.) **Regimes of language: Ideologies, politics and identities.** Santa Fe: School of American Research, p. 35-84, 2000.
- LUGONES, M. **On Borderlands/La Frontera: An interpretive essay.** *Hypatia*, Vol. 7, No. 4, Lesbian philosophy, p. 31-37, 1992.
- LUGONES, M. **Pilgrimages/Pelegrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions.** Rowman and Littlefield: Lanham, 2003.
- LUGONES, M. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. *Hypatia*, vol. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.
- LUGONES, M. Radical multiculturalism and women of color feminisms. **Journal for cultural and religious theory**, vol 13, n. 1, p. 68-80, 2014.
- MIGNOLO, W. **The darker side of the Renaissance: Literacy, territoriality, and colonization.** Michigan: University of Michigan, 1995.
- MIGNOLO, W. **Local histories/Global designs: Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking.** New Jersey: Princeton University, 2000.
- MIGNOLO, W. **The idea of Latin America.** Oxford: Blackwell, 2005.
- MIGNOLO, W. The decolonial option. In: MIGNOLO, W.; WALSH, C. **On decoloniality: Concepts, analytics, praxis.** Durham: Duke University, p. 103-244, 2018.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, 13(29), p. 11-20, 1992.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina, In: LANDER, E. (Org.) **La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas,** Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, p. 201-46, 2000.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, p. 73-118, 2009.
- SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos.** CEBRAP, p. 71-94, 2007.
- SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo: Cortez, 2010.
- SOUZA, L. M. T. M. de. Remapping writing: Indigenous writing and cultural conflict in Brazil. **ESC: English Studies in Canada**, v. 30, n. 3, p. 4-16, 2004.



TOCQUEVILLE, A. de. **Democracy in America**. New York: Penguin Random House, 2004.

VERONELLI, G. A. Sobre la colonialidad del lenguaje. **Universitas humanística**, n. 81, p. 33-58, 2015.

Título em inglês:

Modernity/coloniality, ideology, and differentiation: Approaches
between theoretical aspects of decolonial literature and the semiotics of
Susan Gal and Judith T. Irvine